

## RECONSTRUINDO SENTIDOS EM EDUCAÇÃO: DA DESCONSTRUÇÃO DE DERRIDA À DEMOCRACIA RADICAL E PLURAL DE LACLAU E MOUFFE

Natalia Maria Casagrande <sup>1</sup>  
Graziela Zambão Abdian <sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo do presente trabalho consiste na tentativa de reconstrução de sentidos em educação, perpassando pela filosofia desconstrutivista de Derrida (2002) até a democracia radical e plural de Laclau e Mouffe (2015). A partir da utilização destes autores, a proposta é trazer para os estudos em educação a ideia de uma democracia que não apresente um caráter unívoco, totalitário, um centro que apresente um modelo democrático a ser seguido. À medida que democracia se coloca como algo impossível de se alcançar uma plenitude, passamos a atribuir sentidos (no plural) ao invés de um único sentido (singular). Para alcançar tal objetivo, utiliza-se a Revisão bibliográfica como Metodologia, a partir do aporte teórico dos autores Jacques Derrida, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, além de outros autores adjacentes. A nossa proposta, a partir do exposto, não é a de apontar resultados, mas sim, levantar discussões por meio da revisão bibliográfica dos autores trabalhados no que se refere à retirada de um centro totalizante, ou seja, a estrutura - em Derrida, a presença de um projeto de desconstrução; em Laclau e Mouffe, a incorporação da desconstrução em busca de uma democracia radical e plural.

**Palavras-chave:** Democracia, Educação, Desconstrução, Pluralidade, Teoria do Discurso.

### INTRODUÇÃO

A proposta de reconstruir sentidos em educação a partir da perspectiva teórica dos autores Jacques Derrida, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe surgiu das pesquisas desenvolvidas para a construção da minha tese de doutorado (ainda em andamento), a qual tem como foco democracia em âmbito educacional e Teoria do Discurso. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp de Marília (SP), integro o CEPAE (Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação), desde 2019. Trata-se de um grupo que se dedica à temática da gestão, buscando novos horizontes teóricos ao questionar os autores comumente utilizados por essa área. Em busca deste propósito, os integrantes do CEPAE realizam estudos a partir da leitura de teóricos considerados pós-críticos ou pós-estruturais, com pesquisas em nível de graduação e pós-graduação.

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Educação da UNESP – FFC – Marília. Bolsista Capes. E-mail: n.casagrande@unesp.br

<sup>2</sup> Docente da UNESP – FFC – Marília / PPGE. E-mail: graziela.abdian@unesp.br

Com essa experiência de pesquisa, entram em cena na minha trajetória acadêmica os autores Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) que, com o intuito de ampliarem os estudos em torno da discussão sobre hegemonia, assumem uma postura crítica em relação à teoria marxista e se apossam de uma matriz epistemológica pós-estruturalista. É em minha tentativa de compreensão do ponto de partida da Teoria do Discurso, que o autor Jacques Derrida (2002) se constitui importante no diálogo com Laclau e Mouffe, à medida que, como pioneiro e principal representante do Pós-estruturalismo, apresenta uma filosofia desconstrutivista – ideia de desconstrução presente também na Teoria do Discurso, construída em uma matriz contemporânea pós-estruturalista que contempla “a precariedade, a indeterminação e o paradoxo como dimensões ontológicas do social” (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b, p. 47-48).

Convém, antes de nos debruçarmos nos autores apresentados, expor alguns aspectos sobre o Pós-estruturalismo. É a partir das críticas às reflexões internas do Estruturalismo que se insere a perspectiva Pós-estruturalista. Naquele, pode-se afirmar que a estrutura é compreendida como algo, sempre, totalizante. Nesta perspectiva, individualmente, os elementos não produzem sentido. Desta forma, para compreender uma estrutura deve-se considerar a interdependência que esta ocasiona entre os elementos que a constituem, os quais só possuem sentido se analisados a partir da relação entre si. E, a partir desta análise, o Estruturalismo aspira conhecer não as relações mais aparentes de uma dada estrutura, mas sim aquilo que está escondido por trás dessa estrutura e que lhe fundamenta (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014a).

É, portanto, a partir da crítica que emerge do interior do Estruturalismo, que surge o Pós-estruturalismo, em meados da década de 1960, tendo como seu pioneiro e principal representante Jacques Derrida. Com o intuito de eliminar as certezas presentes no Estruturalismo, apresenta-se às ciências sociais um projeto de desconstrução e de desfundamentação - o Pós-fundacionalismo – “o que é pode vir a não ser” (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014a).

O Pós-estruturalismo pode ser definido como a desconstrução do formalismo presente no Estruturalismo. Enquanto o Estruturalismo tem em seu centro a busca das relações essenciais da estrutura, o Pós-estruturalismo se ocupa da crítica à essência da estrutura. É pertinente destacar, contudo, que o Pós-estruturalismo não possui como característica refletir além da estrutura. Trata-se, não de questionar a estrutura, mas sim a maneira essencialista de abordagem. Para Derrida (2002), a problemática mais relevante do Estruturalismo é a ilusão de que a estrutura possua um centro. Segundo o autor, a crítica fundamental direcionada ao

Estruturalismo é no que se refere à concepção da função atribuída ao centro, apresentando-se enquanto um fundamento estrutural transcendente.

Após sucinta exposição sobre o pós-estruturalismo, evidencia-se a possibilidade de considerarmos Derrida, Laclau e Mouffe inseridos em uma mesma perspectiva teórica – Derrida, representante do pós-estruturalismo; Laclau e Mouffe apossando-se do mesmo para a construção da Teoria do Discurso (LACLAU, MOUFFE, 2015).

Assim, constrói-se o objetivo do presente trabalho: reconstruir sentidos em educação, perpassando pela filosofia desconstrutivista de Derrida (2002) até a democracia radical e plural de Laclau e Mouffe (2015). A proposta é, utilizando estes autores, trazer para os estudos em educação a perspectiva de uma democracia que não apresente um caráter unívoco, totalitário, um centro que apresente um modelo democrático a ser seguido. À medida que democracia se coloca como algo impossível de se alcançar uma plenitude, passamos a atribuir sentidos (no plural) ao invés de um único sentido (singular). Assim, o presente estudo se justifica em função de ampliar o olhar para a educação e possibilitar a visualização do “democrático” para além de uma estrutura já dada. Nos próximos parágrafos nos atentaremos às discussões teóricas presentes nestes autores.

Em “A Escrita e a diferença”, a desconstrução de Derrida (2002) se encaminha para um paradigma no qual o pensamento já não é mais orientado por um centro que garante “[...] a harmonia e o funcionamento de todo e qualquer sistema ou registro discursivo” (CONTINENTINO, 2006, p. 217). O discurso para o autor se dirige ao impossível, ao incalculável – impossível, este, que se expressa como a alteridade radical, a qual não possui nenhum contorno, em outras palavras, não possui um centro, como demonstra a citação a seguir:

Trata-se de uma alteridade que tem o poder de desestabilizar tudo aquilo que se impõe em seu *enquanto tal*. É esta alteridade que Derrida deseja apontar e acolher: a desconstrução é o rastrear de sua inscrição em toda a tradição. A escrita desconstrutora abre todo discurso para o que nele não foi ainda controlado, domesticado. Tal abertura, além de abalar a coesão do que definimos como um campo do pensar e do agir, questiona a pretensão de tais clausuras seguirem inquestionadas, como algo natural ao pensamento (CONTINENTINO, 2006, p. 218).

No que se refere ao conceito de democracia, com Derrida (2002), podemos perspectivar diversos sentidos. De acordo com a hipótese do autor, o significado de democracia é marcado por uma falta constitutiva. Ou seja, em decorrência da impossibilidade de se alcançar o sentido de democracia, a consequência é a infundável tentativa de suprir esta falta por meio do preenchimento contingente de sentidos parciais. Assim, torna-se impossível apreender a

essência da democracia em sua plenitude. Isto explica, inclusive, o fato da democracia ter sido fundada e refundada por diferentes perspectivas teóricas e práticas em momentos históricos distintos. Nesta perspectiva, verifica-se a inexistência de um fundamento final.

No livro “Derrida & a Educação”, organizado por Carlos Skliar (2005), os textos dos autores e autoras enveredam para a ausência de um único sentido na temática educacional, trazendo a interrogação e a desestabilização das “fronteiras entre as binaridades que desenham o registro da educação, destacando, especialmente, a noção de *différance* e seu efeito desestruturador para toda e qualquer pretensão de identidade [...]” (CONTINENTINO, 2006, p. 219). Assim, apresentamos uma abordagem à educação que considera a diferença – *différance*<sup>3</sup>, utilizando o termo derridiano (DERRIDA, 2002). Diante desta perspectiva, abalamos aqui a perspectiva de uma teoria crítica que venha no sentido de reconstruir a partir de um novo centro. A desconstrução nos permite abalar as certezas sem a necessidade de uma nova ordem. A postura em busca da *différance* abandona as seguranças e insere uma incerteza que dá liberdade ao por vir.

Sobre “abalar a teoria crítica” acima mencionado, é pertinente, ainda que de maneira breve, mencionar Boaventura de Souza Santos (1999). Para o autor, produzir teoria social crítica na contemporaneidade não é mais tão simples como antes. Em primeiro lugar, vários conceitos referentes a essa teoria não possuem mais a mesma centralidade de outrora ou foram tão reelaborados que a criticidade peculiar se dissolveu. Em segundo lugar, a sociologia convencional – tanto na vertente positivista como na antipositivista<sup>4</sup> - trouxe a crítica da sociologia crítica como solução para a crise da sociologia.

Seguindo esta lógica, para Souza Santos (1999), o conhecimento totalizante pode ser compreendido como um conhecimento da ordem sobre o caos. Contudo, ressalta, referindo-se ao final do século XX, que o momento é de desordem da emancipação social e da regulação social, já que a sociedade contemporânea pode ser visualizada, simultaneamente, como autoritária e libertária. Assim, como contribuição para a presente discussão, é latente a necessidade de se pensar em emancipação e, atrelado a essa o conceito de cidadania, a partir de uma teoria que supere a lógica de estabelecer uma ordem sobre o caos, justamente pelo fato da contemporaneidade ser marcada pela desordem. Seguindo este raciocínio, encontramos a

---

<sup>3</sup> Para Derrida (2002), a grafia diferenciada traz a ideia de que nunca um significado é completo e total.

<sup>4</sup> “[...] no caso da sociologia positivista, na ideia de que o rigor metodológico e a utilidade social da sociologia pressupõem que ela se concentre na análise do que existe e não nas alternativas ao que existe e, no caso da sociologia antipositivista, na ideia de que o cientista social não pode impor as suas preferências normativas por carecer de um ponto de vista privilegiado para o fazer” (SOUZA SANTOS, 1999, p. 200).

brecha necessária para inserirmos a Teoria do Discurso (TD) elaborada por Laclau e Mouffe (2015). Vale ressaltar, inclusive, que a Teoria do Discurso já foi também utilizada por autores da Educação, especificamente da Política e Gestão da educação (MARQUES, 2006, 2008, 2009).

O ponto de partida da Teoria do Discurso é a crítica ao marxismo, o qual é entendido por Laclau e Mouffe (2015) como um projeto teórico incapaz de compreender as relações sociais contemporâneas. De acordo com o autor, o marxismo acabou por se restringir a uma concepção essencialista do social, com sua lógica reduzida às relações sociais vinculadas ao antagonismo capital versus trabalho. Opondo-se a esta forma de conceber a sociedade, os autores argumentam a respeito da existência efetiva de um complexo social formado por infinitas identidades que se constituem a partir de relações discursivas antagônicas, as quais se diferenciam do antagonismo de classe e possuem um “[...] locus particular e não um a priori universal neste intrincado jogo. Essa complexidade do social não é percebida e/ou alcançada pelo marxismo, o que retira dessa corrente teórica a capacidade de análise mais refinada e pertinente dos múltiplos antagonismos sociais possíveis” (MENDONÇA, 2009, p. 154).

Para Laclau e Mouffe (2015), discurso é a totalidade estruturada por uma prática articulatória, a qual estabelece uma relação entre os elementos – elementos, estes, que têm a identidade alterada pela própria prática articulatória. Diante desta concepção, o social deve ser compreendido a partir da lógica do discurso. A este respeito, Mendonça e Rodrigues (2014b, p. 49) ilustram:

Discurso, por sua vez, não deve ser aqui entendido como um simples reflexo de conjuntos de textos. Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal. Discurso é prática – daí a noção de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas. O social, portanto, é um social significativo, hermenêutico. Não aparece como algo a ser simplesmente desvendado, desvelado, mas compreendido, a partir de sua miríade de formas, das várias possibilidades de se alcançar múltiplas verdades, note-se, sempre contingentes e precárias.

A realidade se apresenta, na perspectiva da Teoria do Discurso, como algo impossível de ser conhecido verdadeiramente. Assim, o real pode ser concebido de diversas maneiras, por meio de diferentes estruturas discursivas, com sentidos constantemente permeados por inconstâncias ocasionadas pelo contingente e o precário. Sobre o contingente e o precário, a citação a seguir esclarece que:

A contingência é inimiga da concepção teleológica da história, presente em metarrelatos e/ou tentativas universalizantes de proteção social. Pensar a partir da contingência impede-nos de tomarmos as relações sociais para além de injunções contextualizadas. Somente a partir daí, da análise *stricto sensu* de discursos em disputa é que podemos produzir inferências, mas mesmo assim, a infinitude da realidade pode nos pregar peças, tendo em vista que o sujeito, ou a classe universal, não são inexorabilidades, mas tão somente resultados de contingências históricas. Precariedade, por sua vez, revela que mesmo que um discurso consiga fazer-se contingentemente hegemônico, esse não o será para todo o sempre, como um ‘fim da história’. A história das relações humanas não tem propriamente um final, eis que se apresenta como uma sequência infinita de fatos, interpretações sobre esses fatos, sobre os quais não temos o direito, o poder, ou mesmo a arrogância, a partir do esquema teórico de Laclau, de predizer cenários finais (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b, p. 50).

Dessa forma, a emancipação, compreendida enquanto total libertação de todas as amarras sociais é “um sonho, um ideal, um horizonte, ao mesmo tempo em que é uma impossibilidade fática” (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b, p. 50). Fica evidente, considerando a proposta desenvolvida no presente trabalho, que atribuir à democracia em âmbito escolar um caráter unívoco, como se a mesma carregasse o potencial de “libertar de todas as amarras”, ainda que pensando a partir da concepção referente à gestão democrática, é um pensamento equivocado.

Laclau e Mouffe (2015), na pretensão de demonstrarem as relações discursivas antagônicas, desconstruem a noção de totalidade e afirmam que o discurso necessita ser analisado para além das áreas da escrita e da fala, à medida que deve ser compreendido como qualquer prática de significação presente nas relações sociais. Tem-se, portanto, a partir desta concepção, práticas discursivas impossíveis de serem concebidas por meio de um único sentido.

O político, a política e a democracia radical e plural são também importantes conceitos abordados pela Teoria do Discurso. Na perspectiva adotada nesse estudo, a política identifica-se com as diversas práticas da política convencional e o político com o formato em que se funda a sociedade (ABDIAN, 2018b). O político carrega, portanto, a dimensão do antagonismo que constitui a sociedade; e a política o conjunto de práticas e instituições que estabelecem uma ordem em meio ao conflito causado pelo político (MOUFFE, 2015).

A Teoria do Discurso, convém ressaltar, pode ser compreendida como a teoria do político, e não uma teoria política. Aplicada aos mais diversos campos do conhecimento, a teoria do político apresenta o “político” como algo dotado de uma ampla abrangência, sem permanecer restrita, dessa forma, ao Estado. É definido como o momento de decisão política, mas uma decisão que pode se referir ao Estado ou, até mesmo, estar além deste, à medida que

o social e o poder se posicionam como dimensões mais abrangentes do que o Estado (MENDONÇA, 2018).

Para Mouffe (2005), as identidades, tanto individuais como coletivas, são constituídas pelo “diferente”, produzindo, assim, o “nós” e o “eles”. Diante deste cenário, cabe à política democrática dar conta desta forma diferente, ao invés de tentar superar a oposição “nós” e “eles”. A autora esclarece, afirmando que: “O que a democracia exige é que formulemos a distinção nós/eles de um modo que seja compatível com a aceitação do pluralismo, que é constitutivo da democracia moderna” (MOUFFE, 2005, p. 13). É por meio desta perspectiva que a autora trabalha com o conceito de democracia radical e plural, apontando ser o fundamento da existência desta a pluralidade e a multiplicidade (LACLAU; MOUFFE, 2015).

No próximo tópico discutiremos como, metodologicamente, realizaremos o trabalho baseado na perspectiva teórica e objetivo apresentados.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar tal objetivo, utiliza-se a Revisão bibliográfica como Metodologia, a partir do aporte teórico dos autores Jacques Derrida, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, além de outros autores adjacentes, na expectativa de compreender e repensar outros sentidos para a educação, sobretudo no que se refere à democracia.

Neste sentido, compreendemos que a vantagem da utilização da pesquisa bibliográfica é a ampliação dos fenômenos aos quais não teríamos um acesso direto. Assim, a revisão bibliográfica busca identificar o “estado da arte” ou o alcance dessas fontes (GIL, 2008). A revisão da literatura demonstra que o pesquisador está atualizado nas últimas discussões no campo de conhecimento em investigação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A nossa proposta, a partir do exposto, não é a de apontar resultados, mas sim, levantar discussões por meio da revisão bibliográfica dos autores trabalhados no que se refere à retirada de um centro totalizante, ou seja, a estrutura - em Derrida, a presença de um projeto de desconstrução; em Laclau e Mouffe, a incorporação da desconstrução em busca de uma democracia radical e plural.

A questão que se coloca em torno das discussões levantadas nesse trabalho é que não existe poder sem antagonismo (MOUFFE, 2003). Nesta perspectiva, o consenso seria algo

fictício e, com isso, apontar um único sentido para democracia em âmbito educacional apresenta-se como impossível. Assim, abre-se espaço para o plural, fugindo da necessidade de um modelo que estabeleça um padrão a ser seguido.

Desconstrução, em nossa perspectiva, a partir dos autores analisados, significa compreender a concepção radical da democracia, considerando a impossibilidade de erradicação do poder e do antagonismo, além de uma emancipação que não se apresenta total, mas somente parcial. Para Mouffe (2003, p. 13-14), isto significa que: “a sociedade democrática não pode mais ser concebida como uma sociedade que teria realizado o sonho de uma perfeita harmonia ou transparência”. Reconstruímos, portanto, sentidos em educação, perpassando pela filosofia desconstrutivista de Derrida (2002) até a democracia radical e plural de Laclau e Mouffe (2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste cenário, compreende-se que uma democracia aberta à pluralidade não pode alcançar um consenso na esfera pública. Os consensos existem apenas como resultados passageiros de uma hegemonia provisória. Considera-se, portanto, a partir da ideia de desconstrução presente em Derrida (2002) e da perspectiva de uma democracia radical e plural de Laclau e Mouffe (2015), que reconstruir sentidos em educação significa nos atentarmos para a necessidade de concebermos democracia como algo plural, fugindo de um modelo unívoco, totalitário. Assim, aceitamos o plural e o múltiplo na concepção de democracia, à medida que se desconstrói e se desfundamenta o ideal democrático totalitário presente na Educação Básica. Tal perspectiva pode contribuir para a abertura de novos caminhos de estudos e a compreensão de diversos fenômenos em âmbito educacional.

Neste sentido, ao analisar e acolher o “diferente”, a democracia abre, de fato, caminho ao múltiplo, ao inexplorado - que deixa de ser inexplorável. Incontáveis movimentos democráticos são possíveis no universo educacional. Movimentos estes, entretanto, que somente poderão ser descobertos se abandonarmos, teórica e metodologicamente, a análise unívoca que coloca a democracia sendo concebida como algo totalitário, possível de existir somente caso haja superação das classes sociais. Na perspectiva da Teoria do Discurso, a luta de classes é uma dentre tantas outras lutas possíveis e legítimas existentes em âmbito educacional.



## REFERÊNCIAS

ABDIAN, G. Z. **Os sentidos da gestão educacional/ escolar no Brasil**. Projeto de pesquisa – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018a. Proposta de pesquisa apresentada à Chamada CNPq n. 09/2018 – Bolsas de produtividade em pesquisa.

CONTINENTINO, A. M. Derrida & a Educação. **Aprender** - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação, Vitória da Conquista, ano IV. n. 7, p. 217-220, 2006.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**. Por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

MARQUES, L. R. **A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas**. 288 f. 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

MARQUES, L. R. Democracia radical e democracia participativa: Contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 55-78, jan./abr. 2008.

MARQUES, L. R. Mudanças discursivas nas políticas de democratização da educação. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 90, n. 225, p. 468-488, maio/ago. 2009.

MENDONÇA, D. Como olhar o “político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 1. Brasília, jan/jun de 2009, p. 153-169.

MENDONÇA, D. A teoria do discurso e sua recepção no Brasil: Um rápido balanço até aqui. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 1, I-IV, 2018.

MENDONÇA, D; RODRIGUES, L. P. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamental e desfundamental. In: MENDONÇA, D; RODRIGUES, L. P (orgs). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto-Alegre: EDIPUCRS, 2014a.

MENDONÇA, D; RODRIGUES, L. P Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. In: MENDONÇA, D; RODRIGUES, L. P (orgs). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto-Alegre: EDIPUCRS, 2014b.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 11-26, out. 2003.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 11-23, 2005.



MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Editoria WMF Martins Fontes, 2015.

SKLIAR, C. (Org). **Derrida & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

SOUZA SANTOS, B. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica? **Revista crítica de ciências sociais**, n. 54, p. 197-215, 1999.